

PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DESISTÊNCIA DO ITEM

A

Comissão Permanente de Licitações

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Marcel dos Santos Cardoso
Chefe do Setor de Licitações
e Contratos - COP
RG: 42.187.355-2

20/08/21

A empresa DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA, estabelecida na Rua José Fraron, nº155, sala 01, Bairro Fraron, na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná CNPJ nº 76.386.283/0001-13, representada por este que a subscreve, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria **REQUERER** reajuste de preço do medicamento licitado, **item 47, CEFALOXINA MONOIDRATADA 500MG,** laboratório ABL a R\$ 0,34 para o R\$ 0,40, ou desistência do saldo total referente a Licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 09/2021**, consoante a alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

É importante mencionar que, em relação ao pedido de reajuste em questão, a Peticionante está sendo extremamente diligente e imbuída da máxima boa-fé possível, levando em conta que, no momento, temos uma Autorização de Fornecimento em aberto pendente que será entregue quanto ao referido item.

A intenção primordial é encontrar solução à continuidade do fornecimento, visando evitar o desabastecimento, mantendo, porém, o equilíbrio-econômico financeiro inicial do contrato administrativo, o que somente será alcançado mediante a concessão do reajuste que ora se pleiteiam.

Dimeva
Distribuidora e Importadora

Sendo o que havia para ser informado e esclarecido,
permanecemos à disposição e aguardamos decisão do pedido de reequilíbrio, reivindicando
deferimento ou posterior desistência do item.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Pato Branco, 16 de agosto de 2021.

Luana Librelato
Gestão de Pedidos
Dimeva Distribuidora e Importadora
CNPJ 176.386.283/0001-13



DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA
GESTÃO DE PEDIDOS
LUANA LIBRELATO
CPF: 080.748.419.95

**Antibióticos do Brasil**

ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA
ROD. ANTONIO HEIL
KM4 PARTE 1 H
ITAJAI
Fone: 4733464104 Fax:
S/N
ITAIPAVA
SC CEP 88316 - 000

DANFE
Documento Auxiliar da
Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA
Nº 182264
SÉRIE 1
FOLHA 1 / 1

**CHAVE DE ACESSO**

4220 1005 4396 3500 0456 5500 1000 1822 6412 6491 8267

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDE DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

342200164948625 16/10/2020 14:42:39

INSCRIÇÃO ESTADUAL
256416362

INSC. EST. DO SUBST. TRIBUTÁRIO

CNPJ

05439635000456

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA			CNPJ / CPF 76386283000113		DATA DE EMISSÃO 16-10-2020
ENDEREÇO RUA JOSE FRARON		155	BAIRRO / DISTRITO FRARON	CEP 85503320	DATA DE SAÍDA / ENTRADA
MUNICÍPIO PATO BRANCO	FONE / FAX 4632243767	UF PR	INSCRIÇÃO ESTADUAL 3160386206		HORA DE SAÍDA

FATURA

NÚMERO	VENCIMENTO	VALOR	NÚMERO	VENCIMENTO	VALOR	NÚMERO	VENCIMENTO	VALOR
001	15-12-2020	93.230,77	002	30-12-2020	90.488,70	003	14-01-2021	90.488,70

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS 274.208,17		VALOR DO ICMS 10.968,33	BASE DE CÁLCULO ICMS SUBST. 0,00		VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 274.208,17	
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00	DESCONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00		VALOR TOTAL DO IPI 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA 274.208,17	

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL INTEC INTEGRAÇÃO NACIONAL LUFT			FRETE POR CONTA 0 - EMITENTE		PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF 52134798001725
ENDEREÇO ROD ANTONIO HEIL-ITAIPAVA			MUNICÍPIO ITAJAI			UF SC	INSCRIÇÃO ESTADUAL 256152632
QUANTIDADE	ESPÉCIE VOLUME(S)	MARCA ABL	NÚMERO		PESO BRUTO 1.243,968	PESO LÍQUIDO 1.003,200	

DADOS DOS PRODUTOS

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	NCM / SH	CST	P.M.C.	CFOP	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VL. BASE CALC. ICMS	VALOR DO ICMS	VALOR IPI	ICMS	IPI
180	KEFORAL (cefalestina) 500 mg (ca 200 cápsulas)	30042052	300	0,00	6101	CX	5,016	54,6667	274.208,17	274.208,17	10.968,33		4,00	
FCI B5EAA03A-5AA7-ADB6-A98F-E2491541BDFE LOTE: 109019C QTDE: 50 6,000 VAL: 30/08/22														

DADOS ADICIONAIS

NAO TRIBUTADO COM ICMS SUBST. TRIBUTARIA CONFOR ART. 100 DO ANEXO X DO RICMS-PR... DE
STIMULANDO RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO DO ICMS-SP NA SUA SAÍDA TRIBUTADO ICMS 4% CON
2. Resolução Senado Federal nº 13/2012. REMETENTE POSSUI INSCRIÇÃO ESTADUAL NO ES
TADO DE SP CONFORME - EC 87/2015 - L.E. 824.013.076,117,....

NAO SENDO PAGA NO VENCIMENTO, SERAO COBRADOS JUROS DE MOROS E DESPESAS DE COBRANCA
p/ 2a VIA BOLETO SOLICIT. EMAIL COBRANCA@ABLBRASIL.COM.BR OS LAUDOS DOS LOTES DESTA NOTA E
STAO DISPONIVEIS EM: www.ablbrasil.com.br/laudos/

RESERVADO AO FISCO



Antibióticos do Brasil

ANTIBIOTICOS DO BRASIL LTDA

ROD. ANTONIO HEIL

KM 4 PARTE 1 H

ITAJAI

Fone: 4733464104 Fax:

S/N

ITAIPAVA

SC CEP 88316 - 000

DANFE
Documento Auxiliar da
Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA

1 - SAÍDA

Nº 203162

SÉRIE 1

FOLHA 1 / 1

CHAVE DE ACESSO

4221 0805 4396 3500 0456 5500 1000 2031 6211 6292 0307

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

342210147207584 10/08/2021 15:32:21

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO

INSCRIÇÃO ESTADUAL

256416362

INSC. EST. DO SUBST. TRIBUTÁRIO

CNPJ

05439635000456

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA

CNPJ / CPF

76386283000113

DATA DE EMISSÃO

10-08-2021

ENDEREÇO

RUA JOSE FRARON

155

BAIRRO / DISTRITO

FRARON

CEP

85503320

DATA DE SAÍDA / ENTRADA

MUNICÍPIO

PATO BRANCO

FONE / FAX

4632243767

UF

PR

INSCRIÇÃO ESTADUAL

3160386206

HORA DE SAÍDA

FATURA

NÚMERO	VENCIMENTO	VALOR	NÚMERO	VENCIMENTO	VALOR	NÚMERO	VENCIMENTO	VALOR
001	09-09-2021	3.903,19	002	24-09-2021	3.788,40	003	11-10-2021	3.788,40

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS SUBST.	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
11.479,99	459,20	0,00	0,00	11.479,99
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	11.479,99

T IMPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL INTEC INTEGRAÇÃO NACIONAL LUFT		FRETE POR CONTA 0 = EMITENTE		PLACA DO VEÍCULO		52134798001725	
ENDEREÇO ROD ANTONIO HEIL-ITAIPAVA		MUNICÍPIO ITAJAI			UF SC	INSCRIÇÃO ESTADUAL 256152632	
QUANTIDADE	ESPÉCIE VOLUME(S)	MARCA ABL	NÚMERO	PESO BRUTO 41,664		PESO LÍQUIDO 33,600	

DADOS DOS PRODUTOS

CÓDIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	NCM / SH	CST	P.M.C	CFOP	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VL. BASE CALC. ICMS	VALOR DO ICMS	VALOR I.P.I	ICMS I.P.I
180	KEFORAL (cefaleína) 500 mg (cx 200 cápsulas)	30042052	300	0,00	6101	CX	168	68,3333	11.479,99	11.479,99	459,20		4,00
FCI 85EAA03A-5AA7-4BB6-A98F-E2491541BDFE LOTE: 109453C QTD: 168.000 VAL: 300623													

DADOS ADICIONAIS

NAO TRIBUTADO COM ICMS SUBST. TRIBUTARIA CONFOR. ART. 100 DO ANEXO X DO RICMS-PR.....DE
STINATARIO RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO DO ICMS-ST NA SUA SAÍDA. Tributado ICMS 44 con
2. Resolução Senado Federal de 13/2012. REMETENTE POSSUI INSCRIÇÃO ESTADUAL NO ES
TADO DE SP CONFORME - SC 87/2015 - L.E. 824.013.076.117.....

RESERVADO AO FISCO

NAO SENDO PAGA NO VENCIMENTO, SERAO COBRADOS JUROS DE MOROS E DESPESAS DE COBRANCA.....
P/ 22, VIA BOLETO SOLICIT. EMAIL COBRANCA@ABLBRASIL.COM.BR OS LAUDOS DOS LOTES DESTA NOTA S
TAO DISPONÍVEIS EM: www.ablbrasil.com.br/laudos/


Pato Branco, 16 de agosto de 2021.

Justificativa

Ilmo. Senhor (a),

Solicitamos realinhamento de preço do produto **CEFALEXINA 500MG**, marca ABL, nome comercial **KEFORAL®**, Registro no MS 1.5562.0001.005-3, no qual seu custo até março de 2021 era **R\$ 0,2733** por comprimido após esta data passou para **R\$ 0,3417** por comprimido, um aumento de **25,0%** no custo, causado pelo reajuste anual e diminuição na condição comercial repassada pelo laboratório fabricante, segue anexo a cotação para 1.000.000 (um milhão) de comprimidos, sem diferença no valor atual, assim estamos solicitando correção com percentual abaixo do aumento, desta forma viabilizando para que possamos manter nosso atendimento da melhor forma possível.

Atenciosamente,


Luiz Henrique Q. dos Santos
FARMACÊUTICO E BIOTECNOLÓGICO
CRF-PR 17.383

Farmacêutico responsável / CFR-PR 17383

Dimeva Distribuidora e Importadora Ltda.
Rua José Fraron, 155, Sala 01, Bairro Fraron.
Pato Branco - Pr.
CEP 85503-320.
(46) 3224-3767
Whatsapp: (46) 99119-1339

176.386.283/0001-13
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA
RUA JOSÉ FRARON, 155 - SALA 01
FRARON - CEP 85.503-320
PATO BRANCO - PR



MEMORANDO INTERNO N° 151/2021

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro – Pregão Eletrônico nº 09/2021

Interessado: Dimeva Distribuidora e Importadora LTDA – SRP – nº 150/2021

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa **DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA**, às fls. 5.215/5.219, sobre o pedido de reequilíbrio econômico - financeiro do item nº 47 – **CEFALEXINA 500MG**.

Após, ao Diretor Executivo para decisão final.

Presidente Prudente, 31 de agosto de 2021

MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Recebido em 31 / Agosto / 2021

Setor Jurídico: _____



5269
97

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS. (Memorando Interno 151/2021)

ORIGEM: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO ITEM 47 - CEFALLEXINA 500MG; SUBSIDIARIAMENTE O CANCELAMENTO.

RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao item 47 - CEFALLEXINA 500MG, alternativamente o seu cancelamento, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA, sob a justificativa do aumento de preço junto ao seu fornecedor, registrado na ata do **Pregão Eletrônico nº 09/2021** e juntou documentos de fls. 5.217/ 5.219 (notas fiscais e justificativa).

2. Os documentos analisados são solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao item 47 - CEFALLEXINA 500MG de R\$ 0,34 para R\$ 0,40, bem como os documentos notas fiscais e justificativa (fls. 5.217/ 5.219).

3. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

4. Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentados, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

5. A solicitação analisada possui como fundamento o aumento de preço do item no período, sendo necessária a recomposição do valor pelo qual foi registrado para que se mantenha o equilíbrio pactuado, possibilitando o seu adimplemento.

6. Importante trazer à baila que o Sistema de Registro de Preço consiste em um procedimento administrativo para a elaboração de uma ata resultante da seleção das propostas mais vantajosa. Esta somente traz obrigações de forma unilateral ao vencedor da licitação, o qual se obriga fornecer ou prestar serviço da ata para a Administração, de acordo com a especificação de sua proposta e com o preço apresentado por ocasião do certame, pelo **prazo registrado, no caso de 06 (seis) meses**, não sendo o Poder Público obrigado a celebrar as contratações advindas dessa, apenas lhe garantindo a preferência ao beneficiário do registro.

7. Entretanto o registro vinculará as partes nos moldes que se darão as contratações, sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata.

8. Assim conforme o item 11.9.1 que segue *ipsis literis*:

11.9.1. Realinhamentos de Preços não serão admitidos em Atas de Registro de Preços.

9. É contrário aos Princípios da Eficiência e da Economia a Administração Pública realizar um procedimento administrativo, no qual há dispêndio de recursos públicos, para o registro do preço de um item e esta admitir a sua alteração toda vez que houver a alteração do preço no mercado. Ou seja, o certame perde a sua eficácia e a sua transparência. Razão pela qual está sendo sedimentado o entendimento da inaplicabilidade da teoria da imprevisão para o reajuste do preço registrado em ata, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela.

10. Conforme o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Impende salientar, a esse respeito, a **inaplicabilidade da teoria da imprevisão à Ata de Registro de Preços**. Nesse sentido, os TC'S 003590.989.17-4 e 006474.989.17-5[7], cujo trecho peço vênia para transcrever: "Por derradeiro, também **reputo indevida a previsão de realinhamento de valores no sistema de registro de preços**, a exemplo do precedente trazido pela Equipe Técnica da Unidade Regional de Marília, consubstanciado no TC000414.989.13-7, sob minha relatoria, cujo trecho de interesse peço vênia para reproduzir: 'De se lembrar conceito bem definido pelo Eminent Substituto de Conselheiro Samy Wurman e que resume apropriadamente o que penso: "cláusulas de **reequilíbrio da equação econômica inicial do contrato não são admissíveis no sistema do registro de preços, por não haver como se aplicar a teoria da imprevisão quando estamos a tratar de uma Ata de Registro de Preços**, e **tampouco cabe à Administração o dever de tutelar a manutenção do exato patamar de lucratividade relacionado a preços registrados em Ata**' (v.g. TC-002541/003/11). **Inadmissível, assim, variar o preço durante a vigência da Ata de Registro de Preços**". De fato, mostra-se **materialmente impossível aplicar a teoria da imprevisão ao sistema de registro de preços**, sendo facultada a realização de certame próprio subsequente, assegurado o direito de preferência ao detentor da respectiva ata, em igualdade de condições, conforme disposto no art. 15, §4º, da Lei de Licitações" (notas de rodapé suprimidas) – grifos originais. Processo n.º 1135-989-21, Conselheiro Antônio Roque Citadini, 24.03.2021. (Grifo e negrito nosso)

11. Conjugando a jurisprudência acima colacionada, podemos concluir que em matéria de Ata de Registro de Preço a Administração fica proibida de realizar o reequilíbrio econômico-financeiro enquanto vigente e ata.

12. Quanto ao pedido alternativo de cancelamento, temos o desdobramento do fundamento anterior. Para que seja possível o cancelamento do item deve existir a ocorrência de um fato extraordinário, que não era previsível no momento do certame. Alterações do preço demonstram no atual cenário econômico um risco inerente ao negócio.

13. Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando, lugar à aplicação da teoria da imprevisão.

14. Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÁRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

15. O processo licitatório transcorreu integralmente com a pandemia do COVID-19 já instaurada globalmente e com seus efeitos tangíveis em todas áreas, a liberação da ata necessita de uma justificativa extremamente fundamentada.

16. Portanto não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do cancelamento do item da empresa DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., não há um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado "aumento do preço", uma vez que foram acostadas apenas notas fiscais, sendo que esta não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas.

17. É necessária uma razão factual e não um aumento de preço do seu fornecedor para justificar o cancelamento do item, pois a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

18. De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame não fornecer o item em apreço.

19. Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

XIV - SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO

14.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.2. A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante poderá ser punida com Advertência.

14.3. As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas e aplicadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado, com envio do pedido de empenho.

14.4. A contratada poderá sofrer multa prevista na forma do item 14.5 a 14.8, nas hipóteses de mora ou inexecução do contrato.

14.5. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Compra ou apresentar documento de habilitação técnica, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

14.6. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

14.7. A multa por atraso prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 14.1.

14.8. A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 14.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

14.9. O valor da multa serão pagos aos cofres do CIOP.

14.10. O prazo para pagamento de multa será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

14.10.1 O não pagamento da multa poderá implicar a cobrança judicial aos cofres do CIOP.

14.11. Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para defesa e interposição de eventual recurso, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

14.12. As decisões e intimações serão publicadas no Diário Oficial do Estado no caso de empresa apurada não seja localizada por carta com aviso de recebimento ou e-mail, considerando-se a contagem de prazo para todos os efeitos no primeiro dia útil a partir da publicação.

14.13. As decisões sobre sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

14.14. Será considerado com endereço físico vigente da empresa Detentora da Ata aquele cadastrado no sítio eletrônico da Receita Federal.

14.15. A aplicação de eventual sanção será realizada pela Diretoria Executiva do CIOP, após relatório opinativo fundamentado da Chefia de Compras, Licitações e Contratos, responsável pela apuração.

14.16. Será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de eventual recurso em face da decisão proferida, que deverá ser endereçado ao Presidente do CIOP, que proferirá sua decisão após parecer jurídico opinativo da Diretoria Jurídica do órgão.

20. Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

21. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

22. Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa DIMEVA DISTRIBUIDORA E



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

IMPORTADORA LTDA. sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO


23. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pela manutenção do valor registrado do item em que a empresa DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA. sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

II – Pelo indeferimento do pedido de cancelamento do item em que a empresa DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 19 de outubro de 2021.


Dr. SERGIO RICARDO STUANI
OAB/SP 202.487
Diretor Jurídico

5314
y

MEMORANDO INTERNO Nº 168/2021

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: Pedido de Reequilíbrio Econômico - Financeiro de item – Pregão Eletrônico nº 09/2021

Interessado: Dimeva Distribuidora e Importadora LTDA – SRP – nº 150/2021

Encaminho o Parecer Jurídico às fls. 5.269/5.276, que opinou pelo indeferimento do pedido de reequilíbrio econômico financeiro do item nº 47 – **CEFALEXINA 500MG**.

Presidente Prudente, 09 novembro de 2021



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DA DIRETORA EXECUTIVA

Assunto: Pedido de Reequilíbrio Econômico – Financeiro – Pregão Eletrônico nº 09/2021

Interessado: Dimeva Distribuidora e Importadora LTDA – SRP – nº 150/2021

Trata-se de solicitação de reequilíbrio econômico financeiro, e alternativamente o seu cancelamento, do item registrado na Ata de Registro de Preços nº 150/2021, alegando, em síntese, o aumento de preço do item no período.

O Setor Jurídico às fls. 5.269/5.276, opinou pela manutenção do valor registrado em ata e pelo indeferimento do cancelamento do item nº 47 – **CEFALEXINA 500MG**, por não ter sido demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível justificável.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **Dimeva Distribuidora e Importadora LTDA**, possuidora do CNPJ nº 76.386.283/0001-13, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 09 de novembro de 2021



Maria Heloisa da Silva Cuvolo
Diretora Executiva - CIOP



CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

IMPrensa Oficial

Licitação

5316
g

DESPACHO DA DIRETORA EXECUTIVA

Despacho da Diretora Executiva. Assunto: solicitação de reequilíbrio/cancelamento do item nº 47, ARP nº 150/2021, Pregão Eletrônico nº 09/2021. Interessada: **Dimeva Distribuidora e Importadora LTDA**, possuidora do CNPJ nº 76.386.283/0001-13. Decisão: **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa, pedido de reequilíbrio-econômico e, alternativamente, cancelamento do item nº 47 – CEFALOXINA 500MG, conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP. Pres. Prudente, 09 de novembro de 2021.

